

OS GUAIANÃS (O derradeiro fulgor do mundo caboclo/sertanejo)

JOSÉ HILDEBRANDO DACANAL

I

A saga monumental de *Os Guaianãs*, cuja grandiosidade épica a coloca, se não acima, pelo menos no mesmo nível que *O tempo e o vento* e *Grande sertão: veredas* e faz dela uma das obras definitivas e culminantes de toda a ficção brasileira, oferece um sem-número de ângulos e temas a partir dos quais pode ser analisada.

Para começar, em sua impressionante criação, Benito Barreto revela-se um verdadeiro artista do idioma, que domina com suprema perfeição, num estilo de beleza poética não raro fascinante e num romance que, se não mostra o lendário Pedro Guaianã escrevendo sua epopéia sangrenta "com a tinta das batalhas ...no papiro agreste das montanhas de Minas", pelo menos grava para sempre e indelevelmente o nome do autor entre os grandes mestres da língua portuguesa, ao lado de Eça de Queiroz, Machado de Assis, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. Mais do que isso, Benito Barreto revela-se também um mestre da narrativa contemporânea, infinitamente superior a celebrados autores nacionais e estrangeiros, não raro meros blefes ou de duvidosa qualidade, veiculados e impostos à força pelos meios de comunicação – e, conseqüentemente, pelo interesse econômico direto e imediato –, os quais têm como aliados a ingenuidade e a ignorância dos "críticos", o oportunismo – compreensível – dos editores e o deslumbramento aparvalhado dos tolos e semi-analfabetos num país colonizado.

Voltando a *Os Guaianãs*: evidentemente, não apenas os aspectos formais como a linguagem e a estrutura narrativa forneceria temas para alentados ensaios. Pelo contrário, é no plano específico do conteúdo que a obra de Benito Barreto surge como verdadeiramente grandiosa pela extraordinária e multifacetada riqueza temática e por sua indiscutível modernidade. Para tanto basta listar rapidamente alguns dos temas que por sua densidade e novidade se prestariam a longas análises: os vigorosos personagens Alfredo/Pedro Guaianã, João do Vau, dr. Rogé-

José Hildebrando Dacanal. Professor Adjunto no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS.

rio, Venâncio, Sílvio Guaianã e tantos outros, além da impressionante galeria de perfis femininos – talvez uma das mais extensas e sem dúvida a mais marcante de toda a ficção brasileira –, entre os quais sobressaem os de Matilde, Ester, Dorinha, Nair, Maria Clara e Helena; o importante papel desempenhado exatamente por estas mulheres; a posição da Igreja e das igrejas em relação às classes sociais; o papel do Exército; a presença dos elementos mítico-sacrais que caracterizam o *hinterland* latino-americano e brasileiro; a teoria e a prática política das organizações de esquerda na história brasileira; a politização clara e direta da ação de alguns personagens; o momento da ação (março/abril de 1954), o tema do destino e a teia de acontecimentos de que é feita a vida dos indivíduos em sociedade; a diferenciação entre a costa e o sertão, com a retomada da visão euclidiana em *Os sertões*; a importância dos elementos lingüísticos presentes e o uso que deles é feito, em si e em comparação com a ficção brasileira do passado; a extraordinária dimensão épica da obra; a ausência de um projeto de ação e luta e o nascimento deste não da teoria de um ativista mas da realidade viva da História; a estrutura temporal aberta, que, ao contrário das demais obras do ciclo da *nova narrativa épica* brasileira, se projeta no tempo e se abre para o futuro; o conflito entre teoria e ação em Alfredo/Pedro Guaianã; o quase milagre de construir uma obra explicitamente comprometida em termos político-ideológicos sem que isto venha a afetar minimamente sua qualidade como arte e ficção; e assim por diante, numa lista que poderia estender-se por várias páginas.

II

No entanto, numa visão que reúne todos ou quase todos os temas acima levantados, o que melhor parece definir *Os Guaianãs* no contexto seja da ficção brasileira como um todo, seja no âmbito das obras aqui classificadas como integrantes do ciclo da *nova narrativa épica*, é seu caráter de símbolo de um processo em que o país ultrapassa sua heterogeneidade estrutural em todos níveis e, conseqüentemente, desaparece no horizonte histórico o mundo caboclo/sertanejo; um processo em que se confrontam o arcaico e o moderno,¹ daí resultando inapelavelmente o desaparecimento do primeiro; um processo em que o país tende a superar sua situação de nação culturalmente dependente e colonizada e começa a refletir autonomamente sobre sua própria realidade histórica. No entanto, pode-se argumentar, todas as obras do ciclo da

¹ Estes termos não possuem aqui qualquer carga de valoração positiva ou negativa. *Arcaico* poderia ser, portanto, sinônimo de *agrário* e *pré-industrial*, caracterizando comunidades voltadas para atividades agrícolas de subsistência, para a pecuária extensiva ou, em certos casos, para o artesanato rústico. *Moderno* seria sinônimo de *urbano-industrial*, e até, cada vez mais, de *agroindustrial*; enfim caracterizaria as comunidades, não importa se de pequenas vilas ou de megálópoles, da era industrial.

nova narrativa épica têm, por definição, no choque entre o mundo arcaico e o moderno e no desaparecimento do primeiro seu núcleo fundamental. Evidentemente, isto é inegável. O que porém identifica *Os Guaianãs* é, primeiro, a forma clara, direta e quase didática com que esta questão é colocada no texto e, segundo, a presença dos temas da consciência dependente alienada da realidade histórica e da superação desta condição.

Tendo como móvel distante da ação narrada o choque, na década de 40, entre a visão modernizadora, liberal e avançada de um *coronel* (Sílvio Guaianã) ligado a um núcleo semi-urbanizado do nordeste de Minas e os grandes latifundiários da região, retrógrados e arbitrários, Benito Barreto constrói a sua saga monumental marcada por alguns elementos básicos perfeitamente identificáveis no enredo.

– Em primeiro lugar há uma transparente continuidade entre a linha de ação desenvolvida pelo coronel modernizador no passado e os objetivos da luta assumida por seu filho (Alfredo/Pedro Guaianã) duas décadas depois. Esta luta, porém, não coloca diretamente em oposição o mundo caboclo/sertanejo e a costa mas se desenvolve com a interpenetração de ambos, num verdadeiro processo de osmose histórica, do qual, naturalmente, surge outra realidade, caracterizada, também de forma muito clara, como uma sociedade de classes diferenciadas e compostas, indistintamente, por integrantes de um e de outro dos mundos referidos (inegavelmente, nenhum ficcionista construíra até agora uma equação tão perfeita do Brasil da segunda metade do séc. XX!).

– Em segundo, ao longo desta homogeneização – e da paralela diferenciação de classes que dela resulta – a racionalidade se impõe ao final como valor absoluto e determinante das ações dos dois grupos em luta e os elementos mítico-sacrais, próprios do mundo arcaico, perdem a função ordenadora – que, inclusive, é apresentada diretamente referida ao poder, como é o caso de Jurabé no passado – que possuíam no contexto da sociedade caboclo/sertaneja.

– Em terceiro, no plano da linguagem Benito Barreto, numa solução original e de extrema coerência, procede à nivelção qualitativa, via *mediação do fator ético*, das variantes do português, enfrentando e resolvendo o velho problema dos níveis lingüísticos socialmente diferenciados e diferenciadores. Esta questão – sempre presente na ficção brasileira, e de maneira particularmente intensa em algumas obras do chamado *romance de 30* – se configura pela presença de personagens de grupos sociais inferiores ou não-urbanos que não dominam a chamada *norma culta* da língua, o que coloca(va) sempre os autores diante do dilema de apresentarem tais personagens falando *errado*² ou caírem

² O que era totalmente inconveniente e mesmo inviável, pelo menos em intervenções por demais longas, já que o público leitor e o próprio autor percebiam, por suposto, ao contexto social em que a língua era regulada pela mencionada *norma urbana culta*.

na artificialidade de escritores do passado. Como se sabe, no âmbito do *romance de 30* a solução mais original e mais radical foi a encontrada por Graciliano Ramos em *São Bernardo*, obra em que o protagonista/narrador, o caboclo Paulo Honório, mesmo usando uma linguagem que ele próprio caracteriza de *pouco literária*, a submete, com total rigor, à gramática da mencionada *norma urbana culta*. Um procedimento que – à parte a explícita ironia de Graciliano presente na discussão de Paulo Honório com Gondim – não foge completamente a certa artificialidade, pois não é de todo fora de questão perguntar como o caboclo *inculto* e sem eira nem beira atingira o domínio de tal sofisticação gramatical e estilística.³ Seja como for – e não por mera coincidência –, o problema só é equacionado de maneira definitiva e inquestionável em algumas obras do ciclo da *nova narrativa épica* – *Grande sertão: veredas*,⁴ *O coronel e o lobisomem* e *Sargento Getúlio* –, nas quais os protagonistas/narradores e os mundos por eles narrados são vistos a partir de seus próprios valores culturais e *lingüísticos*. Ora, nesta perspectiva, a linguagem utilizada não encontra um *terminus comparationis* – a *norma urbana culta*, por definição – perante a qual viesse a sofrer a sanção de uma valoração negativa. E o que faz Benito Barreto em *Os Guaianás*? À semelhança do que ocorria tradicionalmente e do que ocorre no *romance de 30*, ele mantém rígida⁵ a separação entre as variantes lingüísticas, utilizando a *norma culta* e a que se poderia chamar de *variante caboclo/sertaneja*, esta não raro apresentando conotações próprias de personagem para personagem. No entanto – e este é o ponto fundamental –, através do que chamei de *mediação do fator ético*, Benito Barreto despoja o elemento lingüístico de qualquer função de valoração positiva ou negativa, de qualquer função como identificador de *cultura* ou *incultura*, de conhecimento ou de ignorância, de barbárie ou de civilização. Uma solução coerente, inédita e genial. Pois se sicários e heróis, torturadores e torturados, bandidos abjetos e protótipos da honra da espécie humana são encontrados, indiferente e indistintamente, em ambos os lados em luta, que importância tem a língua que falam? *Absolutamente nenhuma!* O que importa e o que *de fato diferencia* os indivíduos é o fator ético, é sua dignidade ou indignidade moral e política. O resto não conta. Neste sentido, extrapolando a letra

³ Cf. “São Bernardo: a sùmula do romance de 30”. In: Dacanal. *O romance de 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

⁴ Antes que algum tolo incorrigível, retomando velho e surrado chavão, venha a mencionar – ou a repetir, se já o fez – a influência que Benito Barreto teria sofrido de João Guimarães Rosa, é preciso acentuar que o espaço em que se desenrola a ação das duas obras é a mesma macro-região geográfica, cultural e *lingüística* do mundo caboclo/sertanejo – hoje extinto ou em rápida extinção – do interior brasileiro. E com isto está dito tudo!

⁵ Menos no caso do personagem Venâncio, em que os limites não ficam bem claros. Coerentemente, aliás, com sua função “técnica” de sacristão – integrante do mundo “culto” – e sua origem social “inculta”.

mas não o espírito da obra como símbolo de uma época, se poderia perguntar: então, que diferença faz que a homogeneização lingüística se processe com o domínio da variante da costa sobre a do sertão? Nenhuma, é claro, pois não é aí que reside o problema (com razão, aliás, por mais que isto desagrade os que se recusam a ver na lingüística uma área restrita e relativamente desimportante do conhecimento).⁶

– Em quarto, Alfredo/Pedro Guaianã lança ao mar a carga inútil das teorias assimiladas no mundo da costa e descolonizando-se e libertando-se da estéril condição de secundariedade,⁷ própria do ser dependente, reencontra suas raízes, desce ao mundo primitivo de suas origens e dele emerge para a História como herói épico e cidadão da sociedade da qual se alienara. Aliás, este terceiro elemento tem uma presença tão incisiva que o caráter esquizóide,⁸ em termos histórico-culturais, de Alfredo/Pedro Guaianã resulta, em termos de estrutura narrativa, na estranha divisão do herói em dois personagens claramente diferenciados, a ponto de ambos dialogarem entre si! Coerentemente, a característica esquizóide desaparece quando Pedro retoma e impõe (a Alfredo e ao próprio autor!) sua identidade, ao final do segundo livro (*Capela dos Homens*) e no limiar de seu nascimento como herói épico.

– Em quinto lugar, finalmente, mesmo depois do cataclisma que se abate sobre Capela dos Homens a estrutura temporal de *Os Guaianás* – à semelhança do que ocorre comumente no romance realista/naturalista tradicional – se abre para o futuro. O fluxo do tempo não pára e no horizonte do amanhã se desenha, banhada pela luz da civilização, da dignidade, da igualdade e até da poesia, a aurora de um novo mundo, de uma nova sociedade nascida dos escombros fumegantes da ante-

⁶ Por ser a língua uma óbvia imposição social e histórica (cf. Dacanal. *Linguagem, poder e ensino da língua*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986), as revoluções modernas – as ocorridas na Rússia, em Cuba, na China, etc. – paradoxalmente promoveram a difusão cada vez mais ampla – via educação das massas – da velha *norma culta* das classes dirigentes apeadas do poder. E poderia ser diferente? Só mesmo no ingênuo populismo de infantes que querem se basear passar por lingüistas (cf. Dacanal. Id., *ibid!*)

⁷ Sobre o conceito de *secundariedade*, cf. Dacanal. “A filosofia dos semicolonizados”. In: *Dependência, cultura e literatura*. São Paulo, Ática, 1978.

⁸ Também em *Grande sertão: veredas* esta divisão existe como elemento fundamental da personalidade do protagonista, Riobaldo. Contudo, a natureza e a forma como se apresenta são diversas. Se em Alfredo/Pedro Guaianã o conflito é entre uma visão alienada, inadequada ao real, e outra que deste emerge com o vigor de uma autenticidade primitiva, em Riobaldo se opõem as visões de mundo mítico-sacral, ou pré-lógica, e lógico-racional. É interessante observar, contudo, que em ambos os personagens a superação desta divisão marca o início da ação épica, a qual, por sua vez, termina na conquista do poder, poder este, aliás, utilizado por cada um dos protagonistas para objetivos ética e ideologicamente bastante diferenciados, se não opostos (esta linha de raciocínio permitiria uma análise comparada muito interessante das duas obras). Além disso, os protagonistas percorrem um caminho até certo ponto inverso: enquanto Riobaldo evolui de uma concepção de mundo pré-racional até à racionalidade, Alfredo/Pedro Guaianã abandona – ou supera, como se quiser – o estágio de uma racionalidade relesiva paralisante para “regredir” ao mundo da ação nascida do e imposta pelo real imediato. Interessante também seria analisar as diferentes formas com que, em termos narrativos, se apresenta esta divisão dos protagonistas de cada uma das obras. Tal, porém, alongaria demais esta nota, já demasiado extensa.

rior. Ou, melhor, das anteriores, integradas e ao mesmo tempo insumidas no parto sanguinolento que gesta o porvir.

III

Se, como foi dito, o que diferencia o ciclo da *nova narrativa épica* em relação à ficção brasileira anterior é o fato de nela revelar-se como sujeito e não mais como objeto visto de fora – a partir da cultura das cidades da costa – o mundo caboclo/sertanejo, o que caracteriza *Os Guaianãs* no conjunto das obras do referido ciclo – além de sua monumentalidade, de sua abrangência histórica e de sua modernidade temática e técnica – é a interpenetração dos mundos da costa e do sertão, daí resultando, como natural consequência, o projetar-se para o futuro.

De fato, na obra de Benito Barreto o encontro destes dois mundos não termina num cataclisma em que o mundo caboclo/sertanejo desaparece para sempre – como ocorre em *O coronel e o lobisomem*, *Sargento Getúlio* e, em parte, *Chapadão do Bugre* – nem num compromisso que, de qualquer forma, também o remete para um passado definitivo, irrepetível e quase mítico – no caso de *Grande sertão: veredas*. Pelo contrário, em *Os Guaianãs* se desenvolve, segundo já foi dito, um processo de osmose histórica mediada também em sua totalidade – e não apenas lingüisticamente – pelo fator ético, de tal maneira que o verdadeiro conflito nasce do choque entre opressão e liberdade, barbárie e civilização, arbítrio e justiça, abjeção e dignidade numa sociedade em vias de unificar-se e homogeneizar-se e na qual os elementos identificadores da heterogeneidade histórico-cultural tendem a perder qualquer importância. Simbolicamente, Capela dos Homens é o caldeirão fervente em que se misturam o arcaico e o moderno, a costa e o sertão, deles nascendo um país em caminho para o futuro. Politicamente em crise, culturalmente caótico e socialmente injusto, mas já unificado, homogêneo e, pelo menos, potencialmente autônomo. Neste sentido, a obra monumental de Benito Barreto resume e encerra o ciclo da *nova narrativa épica* no Brasil e o faz, eticamente e politicamente, com uma mensagem de esperança num possível amanhã de justiça e dignidade para os pobres e humilhados.

Contudo, historicamente para o mundo caboclo/sertanejo não haverá amanhã, pois o amanhã não será seu mas – via homogeneização e modernização – da sociedade urbano-industrial e tecnológica construída, independente do sistema político, sobre a visão de mundo lógico-racional. Antes disso, porém, pelo gênio sofrido de Benito Barreto, do poente de Capela dos Homens, o sol – inexoravelmente o último – do mundo caboclo/sertanejo nos “acena com o lenço louro dos bambuais”, num derradeiro fulgor. Heraclitianamente, à beira do rio, à beira da vida, no horizonte da História.